

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

PROF. DOUTOR JOÃO MALACA CASTELEIRO

A Língua Portuguesa na Confluência de Todos os Saberes

Não se conhece ao certo o número de línguas que se falam no Mundo. As diversas estimativas de que dispomos vão de 3000 a 10.000. A disparidade destes números resulta essencialmente da dificuldade de estabelecer uma distinção clara entre *língua* e *dialecto*, quando não entre variantes da mesma língua. Será, por exemplo, o Galego uma língua diferente ou apenas uma variante da língua portuguesa, tal como o português do Brasil!? As duas hipóteses em relação ao Galego têm, aliás, acérrimos defensores. Qualquer que seja, porém, o número de línguas do Mundo, o português ocupa entre elas uma situação muito importante. Efectivamente, faz parte do pequeno grupo de cerca de 100 línguas que apresentam forma escrita, já que todas as outras apenas existem como línguas orais. O português é, como poucas, uma língua pluricontinental, falada e escrita na Europa, em África, na América e na Ásia. De facto, além do português, só o inglês, o espanhol e o francês apresentam esta mesma característica.

Se tomarmos como critério de importância o número de países em que uma língua é falada e escrita, o português surge-nos em 5º lugar (7 países), logo a seguir ao inglês (47 países), francês (26 países), árabe (21 países), espanhol (19 países). Se privilegiarmos, porém, o critério do número de falantes para estabelecer a importância relativa de uma língua, mesmo neste caso o português aparece em lugar destacado, na 6ª posição, com cerca de 190 a 200 milhões de falantes.

Neste caso, o primeiro lugar pertence ao chinês ou, mais propriamente, ao mandarim, falado por mais de um bilião de pessoas, a segunda posição é ocupada pelo inglês, com mais de 500 milhões de falantes, o terceiro lugar é preenchido pelo hindí, falado na Índia por cerca de 330 milhões de pessoas, a quarta posição está reservada ao espanhol, com cerca de 300 milhões de falantes, o quinto lugar é ocupado pelo árabe, com aproximadamente 210 milhões de falantes. Segundo este critério, o português situa-se à frente do francês, com cerca de 180 milhões de falantes. Nesta análise estatística, deixámos

de fora a língua russa, por não se saber exactamente, depois da queda da União Soviética, qual o número de falantes que a usam (cerca de 170 milhões na Rússia, mas aproximadamente 290 milhões na ex-União Soviética). Se incluirmos, pois, esta língua, naturalmente que o português desce para a 7ª posição. É claro que, nos sete países em que a língua portuguesa se fala, ela não apresenta o mesmo estatuto.

Em Portugal e no Brasil, o português é língua materna de cerca de 170 milhões de pessoas. Mas em Angola, em Cabo Verde, na Guiné Bissau, em Moçambique e em S. Tomé e Príncipe, o português apresenta-se em geral como língua segunda ou língua oficial, a par das respectivas línguas nacionais, ou seja, como língua de comunicação inter-étnica, língua da administração, língua veicular do ensino, língua predominante dos *media*, embora nos casos de Cabo Verde e da Guiné Bissau, um ou outro destes papéis possam ser desempenhados pelos respectivos crioulos.

É preciso não esquecer, contudo, que nestes países existem africanos que também possuem o português como língua materna. É o caso, por exemplo, de Angola, onde em 1992, por ocasião do primeiro censo eleitoral, se verificou que 11,2% dos eleitores declaravam o português como sua língua materna, facto que o posicionava em 3º lugar no elenco das línguas angolanas, logo a seguir ao umbundo e ao quimbundo. Nesta perspectiva, o português é também uma língua africana, na medida em que é língua materna de muitos africanos. Fazemos os mais sinceros votos para que o português, no dealbar do novo milénio, possa apadrinhar, como língua segunda ou língua oficial, um novo país – Timor.

Além dos sete países lusófonos e de Timor, a língua portuguesa ainda se encontra presente como língua materna ou língua segunda em Macau, em Goa, Damão e Diu, e ainda nas vastas comunidades de portugueses e luso-descendentes espalhadas pelo mundo, sobretudo na França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, África do Sul, Venezuela, Estados Unidos e Canadá.

A saga da língua portuguesa, que no século XV, quando se inicia a expansão ultramarina, era apenas o idioma de um milhão de pessoas, chega ao dealbar do segundo milénio com quase duzentos milhões de falantes.

Língua de um único País, torna-se o idioma de comunicação de mais seis, que surgem da colonização portuguesa, enriquecendo-a e projectando-a internacionalmente. Língua oficial ou de trabalho de várias organizações internacionais, como a União Europeia, a UNESCO, a Organização dos Estados Americanos, a Organização da Unidade Africana, e outras, apresenta-se como

idioma catalisador da ainda recente Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O 25 de Abril contribuiu enormemente para a valorização da língua portuguesa no plano internacional. Com a descolonização, emergiram cinco novos Países em África, que, por razões políticas e culturais, adoptaram o português como língua oficial, com as funções que atrás mencionámos. É certo que, em alguns destes países, o português concorre com o francês, como no caso da Guiné Bissau, ou com o inglês, como em Moçambique. Não se vêem, no entanto, fortes razões para que nestes países o português seja substituído como língua oficial por aquelas línguas. A afirmação da língua portuguesa em África depende também, em larga medida, do apoio que Portugal der ao seu ensino e divulgação, nomeadamente à formação de professores locais e à produção de materiais pedagógico-didácticos.

Com o 25 de Abril, Portugal pôde entrar na Comunidade Económica Europeia, agora designada União Europeia, e assim o português tornou-se língua oficial e de trabalho da União, o que incentivou a sua divulgação na Europa e no Mundo. O número de centros de ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira aumentou exponencialmente, praticamente em todos os cantos do Mundo. Em Portugal, quase todas as universidades públicas e algumas privadas criaram cursos de Língua e Cultura Portuguesa para estrangeiros, quer no Verão, quer durante o ano lectivo. Também a Universidade da Beira Interior vai realizar este ano, pela terceira vez consecutiva, o seu Curso de Verão, além do curso anual que efectua há alguns anos, mas destinado apenas a docentes da própria Universidade e a estudantes que vêm no âmbito de programas europeus. Várias escolas privadas surgiram no pós 25 de Abril a realizar cursos de português como língua estrangeira. Uma medida importante para a valorização do ensino e aprendizagem do português como língua estrangeira foi recentemente tomada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Instituto Camões, pelo Ministério da Educação, através do Departamento da Educação Básica, e pela Universidade de Lisboa, através do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras, mediante a assinatura de um protocolo que visa implementar a criação de um sistema de avaliação e certificação de português como língua estrangeira, ou seja, instituir um sistema de exames internacionais de português, semelhantes aos que, por exemplo, a Universidade de Cambridge realiza para o inglês. Portugal é o único País da União Europeia que não dispõe de um tal sistema.

A abertura de Portugal ao Mundo, proporcionada pelo 25 de Abril, permitiu o alargamento do campo de acção da língua portuguesa, por razões de ordem política, económica, profissional, cultural ou turística. O acesso do português às organizações internacionais, como língua oficial ou de trabalho, deve-se também ao 25 de Abril.

Até agora ocupámo-nos da língua portuguesa no plano externo. Vejamos agora os aspectos essenciais da sua situação no plano interno. Começamos pelo ensino. Neste domínio, houve claramente um retrocesso que se tem acentuado de há quase três décadas, no que toca à qualidade do ensino da língua portuguesa nos vários graus. As razões são múltiplas. A primeira diz respeito a uma medida que era absolutamente necessária, ou seja, o alargamento e ampliação da escolaridade obrigatória, com o acesso à escola de vastas camadas de jovens e a consequente necessidade de mais docentes, muitas vezes sem a preparação adequada.

Outra razão essencial prende-se com a formação académica dos docentes de língua portuguesa. Certas disciplinas, nomeadamente nas áreas da linguística e da literatura, são abordadas numa perspectiva excessivamente teórica, enfeudada aos últimos desenvolvimentos de certos modelos especulativos, descabidos ao nível da graduação. Aspectos essenciais da gramática descritiva do português, por exemplo, são assim sacrificados no ensino da língua, com prejuízo evidente para o tratamento de questões práticas na comunicação oral e escrita.

O desenvolvimento das capacidades de expressão oral e escrita dos alunos é assim prejudicado. Mas também no ensino se esquece constantemente que o português é a língua veicular de todas as disciplinas, com excepção das línguas estrangeiras, e que, por conseguinte, todos os docentes são, afinal, professores de língua portuguesa. O domínio pelo aluno da terminologia própria de cada disciplina, incluindo o conhecimento do significado específico de cada termo, torna-se fundamental para a clara compreensão das matérias.

Afinal, é através da língua portuguesa que o aluno adquire a sua formação escolar, é nela que expressa o seu saber, é por ela que passa a sua realização pessoal, humana e profissional. As línguas estrangeiras que adquire na escola comportam uma função complementar, ampliando por um lado o acesso imediato à informação geral e especializada que lhe vem do exterior e permitindo-lhe, por outro, a comunicação adequada com outros povos e culturas.

Do ponto de vista do ensino e aprendizagem da língua portuguesa na escola, faz pena e torna-se de certo modo incompreensível que esta disciplina seja tão mal amada e constitua uma das principais disciplinas pelas quais perpassa o insucesso escolar.

Permitam-me, agora, que nos debrucemos um pouco sobre as capacidades que o falante de língua materna, como, aliás, de qualquer língua estrangeira, se pressupõe dominar. Tudo se compendia, afinal, na fórmula tradicionalmente consagrada de "falar bem e escrever bem". Analisemos, no entanto, as capacidades que esta fórmula envolve. Tais capacidades fazem parte daquilo que hoje se designa como "competência comunicativa". Esta competência compreende essencialmente quatro componentes: uma componente linguística, com as vertentes gramatical e lexical, uma componente sociolinguística, nomeadamente cultural, uma componente discursiva ou enunciativa e uma componente estratégica ou retórica.

Vejamos, sucintamente, em que consiste cada uma destas componentes. A componente linguística compreende quatro aptidões, a saber: por um lado as capacidades de compreensão oral (compreender o que se diz) e compreensão escrita (saber ler), capacidades que estão abrangidas pela mais moderna designação de "competências de recepção"; por outro lado, as capacidades de expressão oral (saber falar) e expressão escrita (saber escrever), capacidades estas abrangidas pela designação mais recente de "competências de produção". O exercício destas capacidades pressupõe, por um lado, o domínio, pelo menos intuitivo, das regras gramaticais, fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas – que governam a organização e funcionamento da língua, e; por outro, o conhecimento das palavras ou unidades lexicais da língua. Nesta perspectiva, certos linguistas agrupam estes dois tipos de conhecimento, respectivamente, em "competência gramatical", e "competência lexical". E sustentam, fundamentadamente, aliás, que, enquanto a competência gramatical, isto é, o conhecimento intuitivo das regras da gramática se revela mais fácil e rápido de adquirir, o mesmo não sucede com o conhecimento das palavras da língua, na medida em que estas são em número indeterminado e não param de aumentar todos os dias.

Quem conhecia aqui há uns anos palavras como *telemóvel*, *ciberespaço* ou *info-rico*, para dar apenas três exemplos de criações vocabulares recentes?

Se é certo que nenhuma gramática do português actualmente existente compreende todas as regras gramaticais da nossa língua, não é menos verdade

que nenhum dicionário actual ou vindouro conterá alguma vez todas as palavras da língua portuguesa. Para dar apenas dois exemplos reveladores da amplitude do léxico da língua portuguesa, mencionaremos o chamado "Dicionário da Porto Editora", que compreende, na sua última e oitava edição, um pouco mais de 90 000 palavras, ao passo que o "Dicionário de Moraes", na sua décima edição, comporta um pouco mais de 300 000 palavras.

A nossa sorte como falantes da língua é que, perante esta imensidão, necessitamos afinal de um número muito reduzido de palavras para comunicar nas situações de vivência do dia-a-dia. Estudos estatísticos, realizados para o português na década de setenta, mostraram que, tal como para outras línguas, não precisávamos mais de duas mil palavras para comunicar no dia-a-dia. Depois, torna-se necessário ter presente uma distinção fundamental entre "vocabulário activo", constituído pelas palavras que usamos habitualmente, e "vocabulário passivo", formado pelas palavras que somos capazes de reconhecer, mas que não usamos na nossa comunicação. É evidente que o vocabulário passivo se apresenta muito mais vasto do que o vocabulário activo. O conhecimento das regras morfológicas da língua, nomeadamente da formação de palavras, que compreende o domínio dos prefixos e sufixos e outros formantes, torna mais fácil a compreensão de novas palavras formadas com tais elementos. Assim, por exemplo, mesmo que palavras como *desconseguir*, usada em Moçambique, ou *eurocéptico*, frequente em certos meios de comunicação, não façam parte do nosso vocabulário, não teremos, contudo, qualquer dificuldade em reconhecer o seu significado, já que os respectivos elementos de formação são bem conhecidos.

Voltemos, porém, às componentes da competência comunicativa. A segunda que apresentámos é a componente sociolinguística, ou seja, o saber adequar as formas linguísticas às situações de comunicação. Para comunicar adequadamente não basta conhecer as regras gramaticais, saber construir frases e expressões, dominar as palavras necessárias. É preciso ter em atenção a função social, a idade e o sexo dos nossos interlocutores, assim como o lugar, o tempo e o meio (presencial, à distância, directo, mediático, etc.) da comunicação. Tomemos como exemplo algumas formas de tratamento, como: *V.Ex^a*, *Vós*, *Tu*, *Você*, *o Senhor*, *a Senhora*, *a Dona*, etc.

O uso adequado destas formas e nomeadamente de *Tu* e *Você*, sobretudo para um estrangeiro, é bem difícil e exige tacto.

Uma vertente importante da componente sociolinguística é a chamada competência cultural, ou seja, o conhecimento dos aspectos essenciais da cultura

do povo em cuja língua comunicamos, sobretudo quando essa cultura diverge da nossa. Este conhecimento torna-se particularmente relevante no uso da língua estrangeira.

A componente discursiva ou enunciativa diz respeito ao porquê da comunicação e à intenção comunicativa do falante, aspectos que condicionam a escolha do tipo de discurso ou do acto de falar mais adequados ao intercâmbio linguístico.

A componente estratégica ou retórica tem em conta as estratégias verbais e não verbais que tornam a comunicação mais eficaz. Saber argumentar ou persuadir, saber informar ou narrar exigem estratégias que se inscrevem nesta componente.

Quando observamos a rapidez e eficácia com que a criança aprende a falar a sua língua materna (às vezes até mais do que uma, como no caso de filhos de pais com línguas maternas diferentes), surpreende-nos o modo como a escola se torna incapaz de acompanhar o ritmo daquela fase inicial.

De facto, entre os dois e os três anos a criança adquire o essencial do conhecimento, intuitivo em larga medida, da sua língua materna. Aos três anos a criança satisfaz plenamente as suas necessidades de comunicação, nos vários planos atrás considerados, quer com as outras crianças, quer com os jovens e os adultos do seu meio familiar e social.

A psicolinguística, ciência relativamente jovem, tem procurado explicar as razões desta tão rápida e eficaz aquisição da língua materna pela criança. A interpretação teórica mais comumente aceite hoje em dia é que a criança adquire por via hereditária uma aptidão específica para aprender a língua da comunidade em que nasce.

Sem negar a importância dos estímulos linguísticos que os pais, irmãos, familiares e outros falantes representam para a criança, parece ser de facto a capacidade inata da mesma criança para aprender a língua do meio social envolvente o principal factor na aquisição e desenvolvimento da língua materna. E de tal modo este factor é reconhecido, que hoje em dia se desenvolvem experiências extremamente interessantes de ensino precoce de línguas estrangeiras, com resultados aliciantes.

Faz pena, portanto, que a escola não consiga com a mesma rapidez e eficácia introduzir a criança no vasto mundo da língua escrita, nem aprofundar e ampliar do mesmo modo as capacidades que ela já traz de compreensão e expressão orais.

A investigação sobre as práticas pedagógicas no ensino e aprendizagem da língua materna precisa de ser desenvolvida e aprofundada, mas em interacção com a investigação congénere no que respeita à língua estrangeira, esta muito mais avançada que aquela. As experiências parcelares desenvolvidas neste domínio não têm sido nem muito amplas nem muito profundas.

Vimos até aqui qual é o lugar do português entre as línguas do mundo, analisámos depois a contribuição do 25 de Abril para a valorização da língua portuguesa no plano internacional e referimo-nos, em contrapartida, às dificuldades verificadas no seu ensino a nível interno.

Façamos agora uma breve referência ao património bibliográfico, ao acervo escrito da língua portuguesa, através do qual se conserva nas bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros a memória viva da cultura portuguesa (e não só). É tarefa quase impossível fazer o levantamento de todas as obras escritas em português, nas quais confluem todos os saberes, expressos em língua portuguesa. Tal acervo bibliográfico remonta, pelo menos, ao século XIII, ou seja, a 1214, data do primeiro texto conhecido, que se publicou em português, o Testamento de D. Afonso II. Investigações em curso, porém, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e noutras bibliotecas, indiciam a descoberta de textos mais antigos que este. Afinal a língua portuguesa começou a formar-se talvez no século IX, existiu primeiro como língua oral e apenas séculos depois como língua escrita, já que esta função era desempenhada pelo latim.

Ao longo dos oito séculos que a língua portuguesa escrita já leva de vida, o património acumulado torna-se verdadeiramente fabuloso, abrangendo todos os domínios do saber e expresso nas mais diversas formas e géneros: obras literárias (poesia, romance, conto, novela, teatro) obras científicas e técnicas em todos os domínios do saber. A atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, no ano passado, representou o reconhecimento internacional não apenas deste autor, mas indirectamente das literaturas que se expressam na nossa língua.

Do acervo bibliográfico expresso em língua portuguesa permitam-me que destaque, para terminar, as enciclopédias e os dicionários, como arquivos vivos mais directos das palavras e da cultura que umas e outras veiculam. Através destes instrumentos de consulta constante, nos quais encontramos praticamente toda a informação que a Humanidade acumulou ao longo da sua existência, sobretudo desde que descobriu a escrita, perpassam afinal todos os saberes expressos em língua portuguesa.

Tenho dito.